



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS  
Estado de São Paulo  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 622**

De 15 de outubro de 2009.

*Altera dispositivo da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 13 de outubro de 2009 e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** O art. 86 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 86. O adicional por tempo de serviço é devido a cada 5 (cinco) anos de serviço público municipal ininterrupto em cargo efetivo, à razão de 5% (cinco por cento) do valor do respectivo vencimento básico, que será incorporado a este para todos os efeitos.**

**Art. 2º.** Acrescenta § 3º. ao art. 86 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, com a seguinte redação:

**§ 3º.** Na contagem do tempo de serviço previsto no caput, computar-se-ão os períodos anteriores de serviço público municipal em cargo efetivo na Administração Direta e Indireta, desde que prestados de forma contínua e ininterrupta antes do provimento ao cargo que atualmente ocupa.”

**Art. 3º.** O art. 99 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 99. Ao servidor ocupante de cargo efetivo, que tenha exercido cargo de provimento em comissão pelo período mínimo de 1 (um) ano antes da data publicação desta Lei Complementar, fica assegurado o direito de incorporar ao retornar a seu cargo, por uma única vez, o valor correspondente à diferença entre seus vencimentos e os vencimentos correspondentes ao cargo ou cargos em comissão a que fora provido, quando completar o período igual de 5 (cinco) anos de exercício em cargos comissionados.”**

**Art. 4º.** Fica revogado o § 3º do art. 100 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006.

**Art. 5º.** Acrescenta inciso V ao § 2º do art. 101 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, com a seguinte redação:

**“V - Perda do direito de férias, quando houver tido mais de 32 (trinta e duas) faltas injustificadas.”**

**Art. 6º.** Acrescenta §§ 6º e 7º., ao art. 128 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, com a seguinte redação:

**“§ 6º. O servidor que acumule legalmente cargos na Administração Municipal Direta ou Indireta deverá gozar o período de licença-prêmio previsto no caput simultaneamente, em ambos cargos.**

**§ 7º. O requerimento de fruição de licença prêmio deverá ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias antes do período de gozo almejado, para regular apreciação e comunicação ao órgão onde está lotado o cargo no qual está provido o servidor.”**

**Art. 7º.** O art. 216 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos §§ 1º., 2º:

**“Art. 216. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge, companheiro(a) em união estável e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e dependência e como tal constem dos seus registros funcionais.**

**§ 1º.** Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o servidor(a) ou com a servidor(a), cujo vínculo deverá ser comprovado mediante apresentação de, no mínimo, três dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento de filho havido em comum;**
- II - certidão de casamento religioso;**
- III - declaração do imposto de renda do servidor(a), em que conste o interessado como seu dependente;**
- IV - disposições testamentárias;**
- V - declaração especial feita perante tabelião;**
- VI - prova de mesmo domicílio;**

**VII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;**

**VIII - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;**

**IX - conta bancária conjunta;**

**X - registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do servidor(a);**

**XI - anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;**

**XII - apólice de seguro vigente da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;**

**XIII - ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o servidor(a) como responsável;**

**XIV - escritura de compra e venda de imóvel pelo servidor(a) em nome de dependente;**

**XV - declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um anos; ou**

**XVI - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.**

**Art. 8º.** Acrescenta o art. 216-A, a Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, com a seguinte redação:

**“Art. 216-A. Consideram-se dependentes do servidor(a), os beneficiários seguintes:**

**I - o cônjuge, a companheira ou o companheiro;**

**II - o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou incapaz;**

**III - os pais;**

**IV - irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou incapaz.**

**§ 1º.** A existência de dependentes mencionados nos incisos I e II deste artigo, exclui do direito às prestações os dependentes previstos nos incisos III e IV.

**§ 2º.** O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, mediante declaração escrita do servidor(a) e desde que comprovada a dependência econômica, conforme critérios dispostos no Regime Geral de Previdência Social, no que couber.

**§ 3º.** A dependência econômica das pessoas mencionadas nos incisos I e II deste artigo, é presumida, devendo ser comprovada a dos dependentes referidos nos incisos III e IV, conforme critérios dispostos no Regime Geral de Previdência Social, no que couber.”

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

**Art. 10.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 15 de outubro de 2009.

**TOSHIO MISATO**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**ANDRÉ LUIS CAMARGO MELLO**

Secretário Municipal de Administração

**EXPEDIENTE**

Conforme Lei n. 4.923, de 05 de janeiro de 2.005.



Coordenação:  
Júlio César Roma

Tiragem:  
1.000 Exemplos

Edição:  
Coordenadoria de Comunicação Social

Jornalista Responsável:  
Renata Botelho Meleiro  
MTB: 56.299/SP

Impressão:  
Leal Artes Gráficas Ltda.

**Diário Oficial**

do

**Município de Ourinhos**

**Estado de São Paulo**

Circula toda terça-feira e sexta-feira

**ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO**

Rua do Expedicionário, 627  
CEP 19900-041 - Ourinhos/SP

Telefone: (0xx14) 3302-6116

site: [www.ourinhos.sp.gov.br](http://www.ourinhos.sp.gov.br)

e-mail: [imprensa@ourinhos.sp.gov.br](mailto:imprensa@ourinhos.sp.gov.br)